



ISSN: 2310-0036

Vol. 2 | Nº. 11 | Ano 2020

Pedrito Cambrão¹

Universidade Zambeze

Domingos Julião²

Universidade Lúrio

Covid-19 e suas Implicações em Moçambique: uma Análise Antropo-sociológica

Resumo

A pandemia de Covid-19 impôs, e ainda impõe, grandes e sentidas implicações na sociedade moçambicana. É justamente por isso que, com o presente artigo, pretendemos trazer um contributo reflexivo e pragmático, com desdobramentos teóricos, mas com recomendações para fazer face a este cenário calamitoso. Como metodologia, privilegamos a pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa baseada no paradigma compreensivo e interpretativo, suportada por alguns conhecimentos empíricos. A pesquisa evidencia que a pandemia de Covid-19 trouxe implicações para a população, decorrentes tanto da disseminação do vírus como de medidas que buscam minimizar seus danos: o medo de ser infectado ou não ter atendimento médico, caso necessário; o stress causado pela diminuição da renda; o stress do confinamento; a incerteza causada pela ausência de uma estratégia sólida de saída da crise. Para fazer face a este cenário, recomendamos o seguinte: que se mantenha parte da renda de trabalhadores formais e informais, combinando políticas de assistência e de preservação dos empregos e subsídios à população de risco; que se reduzam as taxas de fornecimento de electricidade e água; que se expandam actividades voltadas para a saúde mental da população ou assistência psicológica; que se dissemine informações sobre a pandemia e seu enfrentamento com clareza, coerência, agilidade e transparência.

Palavras-chave: covid-19; implicações; políticas de assistência.

Abstract

The Covid-19 pandemic imposed and still imposes major and felt implications on Mozambican society. It is precisely for this reason that, with this article, we intend to bring a reflective and pragmatic contribution, with theoretical developments, but with recommendations to face this calamitous scenario. As a methodology, we favor bibliographic research, with a qualitative approach, supported by some empirical knowledge. The research shows that the Covid-19 pandemic had implications for the population, resulting both from the spread of the virus and from measures that seek to minimize its damage: the fear of being infected or not having medical attention if necessary; the stress caused by decreased income; the stress of confinement; the uncertainty caused by the absence of a solid exit strategy. In order to minimize the occurrence of riots due to the dissatisfaction of Mozambican society, we recommend: maintaining part of the income of formal and informal workers, combining assistance and job preservation policies and subsidies for the at-risk population; guarantee and reduce the rates of electricity and water supply; expanding activities geared to the mental health of the population; disseminating information about the pandemic and how to tackle it with clarity, coherence, agility and transparency.

Keywords: assistance polices; covid-19; implications.



Rua: Comandante Gaivão n° 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade do Porto (U. Porto), Docente, Pesquisador e Director Científico da Universidade Zambeze- Campus de Matacuane - Beira/Sofala, e-mail: prof.pedrito@hotmail.com

² Estudante de Relações Internacionais e Desenvolvimento Local da Universidade Lúrio (Unilúrio), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Ilha de Moçambique/Nampula, e-mail: domingosmanueljuliao@gmail.com

Introdução

Parecia uma simples doença! Tornou-se uma preocupante epidemia! E, “boom”, virou uma pandemia aterrorizante que reconfigurou toda a sociedade global! As sociedades estão em constante transformação, mas há que se reconhecer que com o novo *Corona-Vírus* (Covid-19) emergiu uma nova realidade de descontrolo social, cultural, político, educacional e económico.

Tendo surgido na cidade de Wuhan, China, em Dezembro de 2019, anunciou-se a misteriosa doença respiratória. Esta situação trouxe desorientação e agravou-se de modo que, no dia 13 de Maio de 2020 o Director Executivo do Programa de Emergências da Organização Mundial de Saúde (OMS), Mike Ryan, anunciou que a ‘Covid-19 pode nunca desaparecer’. Nesse sentido, pode tornar-se uma doença endémica como o HIV-Sida, por isso, temos que aprender a viver com ela.

A rápida expansão dos casos de infecção pela doença na população em muitos países ao redor do mundo levou a que no dia 11 de Março, a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarasse a doença provocada pelo *Corona-vírus* (Covid-19) como uma pandemia (WHO, 2020b). A partir do dia 23 de Março de 2020, Moçambique passou a fazer parte da lista de países com casos confirmados da doença provocada pelo novo Coronovírus (WHO³, 2020^a, p. 05).

Em todo o globo esta informação trouxe surpresa e medo. As dinâmicas, como o distanciamento social e outras medidas de prevenção, a nível internacional, trazidas pelo Vírus são semelhantes. Outrossim, em cada país, essas medidas criaram implicações distintas.

Ainslie (2020) salienta que o Imperial College reproduziu um modelo econométrico de previsão dos efeitos da Covid-19, em Moçambique, e estimou que entre 61.000 a 65.000 pessoas perderão a vida e 90% da população poderá ser afectada. Efeitos muito aterrorizadores, se comparados com os impactos recentes causados pelos ciclones tropicais IDAI e Keneth que arrasaram as províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Cabo Delgado e Nampula, bem como os vergonhosos e preocupantes conflitos e confrontos militares no centro e norte do País.

Portanto, sem ignorar essas previsões, até por precauções e cautelas nestas situações, pelos pressupostos econométricos a ter em conta incluindo as suas limitações, pois, como também salienta Mussagy (2020), vemos que a esta altura somos “bombardeados” por estudos, opiniões, textos reflexivos, vídeos, notícias, *spots* publicitários... que podem estar fortemente influenciados pela situação. Os efeitos podem não atingir esses números, dependendo muito das decisões tomadas pelo governo, das medidas efectivamente implementadas com o apoio das instituições multilaterais, bilaterais, de iniciativas privadas, das organizações de boa-fé, das organizações da

³ WHO – World Health Organization (Organização Mundial da Saúde - OMS).

sociedade civil, e de como todos nós actuaremos de forma colectiva nas diferentes fases desta pandemia.

Dada a sua natureza epidemiológica, a doença rapidamente passou do espaço restrito e sensível da ciência médica para o espaço público, mais aberto a opiniões e comentários. Mas, deve-se entender, assim, que as autoridades oficiais reservam para si a responsabilidade de difundir informação sobre a Covid-19, embora se saiba que pairam dúvidas e controvérsias entre os especialistas, dado o facto de ser uma doença nova e em fase de descoberta. O que se sabe é que a doença pertence a uma grande família de vírus que causam doenças associadas às gripes comuns e doenças mais graves, como a Síndrome Respiratória do Médio Oriente e a Síndrome Respiratória Aguda Grave, além de ser transmitida de “pessoa-a-pessoa” por meio de “gotículas” de saliva geradas pela tosse ou espirito (flúidos orais) e, também, pelo contacto físico com pessoas ou superfícies contaminadas (MISAU⁴, 2020).

Moçambique tem as suas dinâmicas sociais, culturais, económicas, tecnológicas, políticas e outras, influenciadas pela revolução industrial bem como pela globalização, condição que faz da sociedade moçambicana uma “sociedade de risco” e/ou parte da “sociedade global do risco”, como advoga Posse (2020). Porém, é preciso reconhecer que esta é uma assunção simplista, se tomarmos, por exemplo, em consideração a crítica de Guivant (2001) sobre a teoria da “sociedade de risco” elaborada por Ulrich Beck. Ou seja, mesmo reconhecendo o mérito da teoria (Guivant, 2016), Guivant (2001) considera que esta teoria tende a olhar para o mundo como se de uma sociedade homogénea se tratasse, ignorando, com isso, as especificidades de cada contexto. Apesar de concordarmos com a crítica de Guivant (2001) contra a ideia de homogeneização – em defesa da heterogeneidade da sociedade -, o presente estudo assume que a sociedade moçambicana é uma “sociedade de risco”, como iremos reflectir a partir da análise das implicações da pandemia da Covid-19.

Neste diapasão, o presente estudo tem como objectivo trazer uma contribuição reflexiva e prática/empírica (análises do presente e subseqüentes recomendações para melhor perspectivar o futuro das colectividades) sobre as implicações e o combate a Covid-19 na sociedade moçambicana, em particular, sob base de uma metodologia de consulta bibliográfica. A análise de conteúdo foi a técnica usada para recolha de dados, buscando-se comparar as diferentes abordagens interpretativas, do tema em apressa, e, finalmente, trazendo recomendações do caminho que o Estado pode enveredar para fazer face a este dramático e drástico fenómeno.

Para além da introdução, já feita, este estudo está estruturado em 4 (quatro) secções gerais (algumas secções tendo suas subsecções): i) Moçambique e sua reacção de prevenção ao

⁴ MISAU – Ministério da Saúde.

<http://rela.com.mz>
Covid-19: contexto geral; ii) Implicações da Covid-19 na sociedade moçambicana: reflexões e (im)previsões; (iii) Conclusão; iv) Referências bibliográficas.

1. Moçambique e sua reacção de prevenção ao Covid-19: contexto geral

A África é um continente onde a maioria das suas relações societárias são de natureza “*Ubuntu*”⁵. A verdadeira cultura africana defende uma interacção amigável e harmoniosa dos elementos que compõem a sociedade, onde as pessoas se ajudam e trabalham juntas nas machambas, nas cerimónias fúnebres, nos casamentos, nos ritos de iniciação, entre outras cerimónias ou eventos. Aqui a valorização do “nós” culturalmente possui um valor sagrado e imprescindível nas relações entre os membros da sociedade. Em Moçambique, nos últimos anos, as relações sociais têm estado numa constante transformação, num processo que chamaríamos de transição de “sociedade fechada”⁶ para uma “sociedade aberta”⁷ gradualmente, conjugando dessa forma a óptica apresentada pelo Filósofo e Professor austro-britânico Karl Popper na sua obra “A Sociedade Aberta e Seus Inimigos”, um dos maiores filósofos da ciência do século XX.

Apesar da forte aculturação que a sociedade moçambicana sofre, de uma forma geral, mesmo assim, possui a sua cultura identitária que a diferencia de outras sociedades. As relações matriarcais e patriarcais, que têm caracterizado a ordem sócio-política das sociedades tradicionais, estão vivas; as interacções cerimoniais, animadas e fraternas da população ainda estão vivas. Mas, após o anúncio da perigosidade da nova Covid-19 todas essas formas de interacção social tiveram que ser reconfiguradas e, em substituição, toda a sociedade foi chamada a adoptar uma “cultura nova e universal” de distanciamento social (sem abraços, beijos, apertos de mão, etc), de não ou restrição de realização de certas cerimónias que requerem maior aglomeração social, e, também, adoptou-se a “cultura do uso constante e moralmente obrigatório de sabão ou outros tipos de desinfectantes” para lavar as mãos, bem como a “cultura do uso de máscaras”.

Posse (2020) demonstra que percebemos que a reacção da sociedade moçambicana a Covid-19 foi, e ainda é, caracterizada pela adopção de medidas de prevenção, como, o distanciamento social, lavagem das mãos com sabão, cinza e/ou a sua desinfecção a base de álcool, uso de máscaras, em resultado das experiências de outros contextos. Como, também, se observa a intervenção institucionalizada do Estado no combate à Covid-19, por meio do reforço

⁵ *Ubuntu*- Uma sociedade sustentada pelos pilares do respeito e da solidariedade faz parte da essência de *ubuntu*, filosofia africana que trata da importância das alianças e do relacionamento das pessoas, umas com as outras. Na tentativa da tradução para o português, Ubuntu seria “humanidade para com os outros”.

⁶ *Sociedade fechada* - Pelas suas próprias características, a sociedade fechada está predisposta para atacar ou se defender, face ao que percebe como ameaças externas.

⁷ *Sociedade aberta* - Em profundo contraste, a sociedade aberta é aquela que abraça, por princípio, a humanidade inteira, pelo menos em termos de modelo ideal, o qual aponta para uma sociedade cosmopolita.

das acções de sensibilização para adopção e cumprimento das medidas de prevenção - que de certo modo já estão a ser implementadas pelos moçambicanos, apesar de ser em menor escala.

Realce-se que este posicionamento do Estado resulta, da pressão dos diferentes grupos da sociedade por receio do vírus, como o Presidente da República, Filipe Nyusi, se referiu no seu informe, no dia 29 de Abril de 2020, sobre o estado de combate a Covid-19. Este posicionamento evoluiu de simples processo de monitoria para a decretação do Estado de Emergência no dia 30 de Março, por trinta dias (01 a 30 de Abril), inicialmente. Mais tarde, prorrogou-se até 29 de julho.

Nota-se que, este conjunto de medidas reflecte, até certo ponto, a produção do risco enquanto racionalidade social, na medida em que manifesta a “libertação [entre os moçambicanos] de fantasias de perigo e antídotos para elas, roubando dessa maneira à sociedade moderna [moçambicana] a sua liberdade de acção” (Beck, 2002 apud Posse, 2020). Ou seja, o sentimento de pânico que se instalou entre os moçambicanos - em resultado da informação veiculada pela imprensa sobre a doença, as condições sociais, económicas, hospitalares e políticas (descrédito dos moçambicanos em relação à capacidade do governo em combater o vírus) - fez com que, por um lado, se adoptassem medidas como que se o vírus já estivesse em Moçambique, e, por outro, se mostrassem predispostos a abdicar das suas liberdades, como se verificou com a decretação do Estado de Emergência. A priori, achou-se terem sido medidas mais acertadas.

De acordo com as informações avançadas pela CNN Business (2020) devido à situação de emergência sanitária, que levou a medidas de restrição de movimentação principalmente de pessoas, cancelamento de eventos internacionais e restrição da actividade económica, vislumbram-se, no Mundo, acções que trouxeram uma nova realidade para as casas das pessoas, os mercados, as ruas, o turismo, transporte aéreo, preços das “*commodities*”, volatilidade dos mercados financeiros, entre outros.

2. Implicações da Covid-19 na sociedade moçambicana: reflexões e (im)previsões

A Sociologia do quotidiano sublinha a importância crucial das rotinas enquanto pilar fundamental do bem-estar colectivo e individual. E a Antropologia Cultural evidencia que quando as perturbações sociais afectam o comportamento cultural resiliente pode causar desconforto e mal-estar sociocultural. Com a actual pandemia, evidentemente, foram impostas novas dinâmicas de relações societárias em Moçambique.

A dimensão subjectiva do risco, nas acções dos moçambicanos, ficou explícita, de certa forma, através da decretação do Estado de Emergência, ao deixar a descoberto o despreparo - das diferentes instituições do Estado - para implementar o decreto, como, por exemplo, nas restrições no uso dos transportes de passageiros e na circulação de pessoas (Posse, 2020).

<http://rela.com.mz>

Em relação à questão dos transportes públicos, o decreto limitou para 1/3 o número de passageiros, como forma de evitar aglomerados, mas não reforçou os meios de transporte. Por conta disso, a medida não se mostrou eficaz, os transportadores continuaram a levar passageiros para além da sua capacidade máxima (superlotados), situação que obrigou o governo recuar na medida, e introduzir a obrigatoriedade do uso da máscara para os usuários dos transportes públicos. Esta obrigatoriedade de uso de máscaras se estendeu aos locais com aglomerados populacionais. Porém, há dificuldades na adoção, por parte dos moçambicanos. A restrição da circulação de pessoas deixou grande parte dos moçambicanos numa situação de maior vulnerabilidade a que já se encontravam, uma vez que a maioria é trabalhador informal ou depende de “biscato” ou “bolada”⁸ para sobreviver, e isto implica sair de casa.

Outrossim, este segundo aspecto também ajuda a ilustrar que a pobreza se mostrou central na produção subjectiva do risco entre os moçambicanos carenciados. Isto é, mesmo diante das campanhas e medidas obrigatórias de combate à Covid-19, este grupo de moçambicanos continuou a se fazer às ruas nos mesmos moldes.

Mas, esta postura se deve, em grande medida, a uma questão de escolha, como sugerem as palavras de Navarro e Cardoso (2005), que “os indivíduos tendem a construir uma auto-imagem e consolidar o que pensam ser um determinado potencial humano, baseando-se neste sentimento para promoverem auto-avaliações para se exporem ou não a riscos”. Por outras palavras, este grupo de moçambicanos pobres escolheu continuar à procura da sua sobrevivência porque a fome se mostra um risco maior e mais presente quando comparado com a Covid-19 que ainda parece distante. Ou, como diz o povo, é preferível morrer da Covid-19 que morrer a fome. Ou, então, como sugere Beck (2011) na analogia aos problemas ambientais, a fome é um risco visível enquanto a Covid-19, ainda que real, se mostra um risco invisível por parecer distante (sabe-se que o moçambicano só teme quando vê o perigo com seus próprios olhos).

Posse (2020) ressalta que um outro aspecto que pode ajudar a ilustrar que as acções de combate à Covid-19, na sociedade moçambicana, são produto do risco subjectivo é a construção social das identidades. Isto é, foi possível observar que os discursos à volta do vírus estavam enformados de estereótipos na lógica dicotómica “outros” e “nós”. Sendo os “outros”, os “chineses”, “doentes” e que estavam a espalhar o vírus pelo mundo, incluindo em Moçambique - uma vez que há uma grande presença deles no país -, e “nós”, os moçambicanos, saudáveis. Foi com base neste estereótipo que observamos a emergência de discursos que defendiam que o Estado deveria proibir a entrada de chineses - incluindo indivíduos provenientes de outras regiões com casos da Covid-19 - no país como forma de evitar contágio entre os moçambicanos. Como, também, verificou-se a discriminação para com os “chineses”, ao evitar partilhar os

⁸ **Bolada** – um termo informal, usado para referenciar um negócio entre duas partes - uma forma fácil de ganhar dinheiro.

mesmos espaços sob o risco de contrair o vírus, incluindo a forma como se dirigiam a eles “ei, coronavírus” ao chamar ou indicá-los.

Percebe-se que a actual pandemia introduziu ao menos cinco motores comportamentais, relacionados tanto à própria pandemia como ao seu enfrentamento: i) o medo de ser infectado, de que alguém próximo seja infectado ou de que não seja possível receber atendimento médico; ii) a diminuição da renda, resultando em sacrifícios no consumo ou em endividamento; iii) o confinamento; iv) informações conflitantes ou imprecisas sobre a pandemia e seu enfrentamento; e v) a ausência de uma estratégia de saída da crise. Muito embora estes factores tenham transformado o comportamento de quase toda a população, níveis de estresse são proporcionalmente maiores para alguns grupos, especialmente para aqueles com maior risco de contrair a doença ou em situação de pobreza (ou que nela possam vir a entrar).

2.1. Medo de ser infectado ou de não ter atendimento disponível

Sabe-se que uma pandemia é, por si só, um factor de estresse devido à possibilidade de que a própria pessoa ou alguém próximo seja infectado. Estes factores são observados tanto em pessoas infectadas como, também, em não infectadas, ocorrendo tanto durante assim como após o fim de uma pandemia. E esse comportamento é visível na sociedade moçambicana.

Maunder *et al.* (2003 apud Moraes, 2020), em pesquisa sobre os efeitos da SARS⁹ no Canadá em 2003, identificaram sentimentos de raiva, medo, solidão e tédio entre pessoas infectadas. Zheng *et al.* (2005), em estudo sobre os efeitos da SARS entre grupos de estudantes no Japão, identificaram medo, preocupação e depressão, ainda que nenhum destes houvesse sido infectado.

Na sociedade moçambicana, um factor de estresse relacionado a este é o medo de que não haja atendimento médico disponível em caso de necessidade ou que alguma pessoa próxima (família, amigos etc.) possa não ser atendida caso precise, sabendo-se que as condições hospitalares locais não são satisfatórias.

Observando-se que a pandemia em alusão se manifesta de uma forma rápida e veloz, as medidas de distanciamento social têm sido adoptadas na maior parte dos países do mundo a fim de que a velocidade da transmissão do vírus seja reduzida, diminuindo assim parte do estresse associado à pandemia, reconhecendo-se as limitações que cada país enfrenta ao adoptar essas medidas.

Importa realçar que estes factores de estresse atingem a todos, mas variam de acordo com a classe social e o local de moradia, atingindo de forma mais aguda as pessoas mais pobres e

⁹ SARS - Severe Acute Respiratory Syndrome (Síndrome Respiratória Aguda Grave).

<http://rela.com.mz>
populações residindo em áreas com número limitado de profissionais de saúde e leitos hospitalares.

2.2. Efeitos colaterais do confinamento

Na sociedade moçambicana, num estudo superficial por nós realizado, pressupomos que são as mulheres, entre 35 e 44 anos e cujo rendimento é habitualmente parco para a vivência normal, quem mais dificuldades sentem em gerir as actuais restrições. No extremo oposto, são homens, com mais de 65 anos e com rendimentos que lhes permitem viver de forma confortável, que menos dificuldades revelam em relação às actuais restrições. De notar ainda que, relativamente à idade, as pessoas mais jovens demonstram estar a ter mais dificuldades com as restrições do que todos os restantes escalões etários.

Ao nível do agregado familiar, são os indivíduos dos agregados mais numerosos, e com crianças menores, que estão mais representados entre aqueles que apresentam mais dificuldade em gerir este estado de emergência.

No que diz respeito ao impacto da pandemia, na condição laboral actual, o grupo que revela maiores dificuldades inclui os que foram despedidos e, em menor grau, os que entraram em “férias forçadas”. Pelo contrário, a situação de menor dificuldade é sobretudo expressa por quem se encontra em regime de teletrabalho. Ainda que este grupo incluía pessoas que apreciam este novo estilo de trabalho, mas existem também outras que estão a ter dificuldades extremas em lidar com esta nova realidade.

É de realçar que o confinamento pode implicar níveis de estresse elevados, podendo comprometer a saúde física e mental da população. E esse é um problema que tem afectado a população moçambicana no seu quotidiano. A literatura é conclusiva no sentido de que a diminuição no número de interacções sociais e a restrição à circulação aumenta os níveis de estresse. Pressman *et al.* (2005 *apud* Moraes, 2020) encontraram uma alta correlação entre isolamento social e degradação da saúde física e mental, incluindo perda da qualidade e eficiência do sono, assim como elevação de níveis de cortisol na corrente sanguínea.

Nessas condições, remetemo-nos a aceitar que a necessidade de interações sociais e do sentimento de pertença se elevam em períodos de crise, ou seja, um confinamento durante uma pandemia agrava uma situação já propícia à deterioração da saúde mental dos principais actores das relações societárias (pessoas). Em estudo acerca dos efeitos da quarentena em função do surto de SARS no Canadá, Sim e Chua (2004 *apud* Moraes, 2020) identificaram que 29% das pessoas tiveram transtorno do estresse pós-traumático e 31% tiveram depressão. E isso, de facto, converge com a nossa perspectiva.

Outrossim, o *Center for Disease Control and Prevention* (CDC), dos Estados Unidos, indica que o confinamento pode trazer várias consequências, dentre as quais: ansiedade, medo,

irritabilidade, mudanças no apetite, distúrbios no sono e aumento do consumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas (CDC, 2020b). Dentre as recomendações feitas pelo CDC e *National Health Service* (NHS), do Reino Unido, estão: manter contacto (*on-line*) com amigos e família, praticar exercícios físicos, manter uma alimentação saudável, praticar *hobbies* e praticar técnicas de relaxamento. Para além destas, o CDC recomenda que pessoas compartilhem informações úteis produzidas por órgãos credíveis.

Coadunando com Magalhães (2020), percebemos que há uma vivência/percepção sombria e pessimista, do impacto da pandemia e das restrições dela decorrentes na vida do dia-a-dia, associada, também, à experiência de um tempo monótono, e sempre igual, e à sensação de clausura e de confinamento a um espaço fechado, quase prisional.

Na sociedade moçambicana, pessoas que habitam em espaços reduzidos, com número elevado de pessoas ou com poucos recursos têm dificuldade de adoptar várias das recomendações preventivas dadas pelo governo e outras instituições internacionais. Indivíduos de classe média e alta conseguem manter-se entretidos durante a quarentena, o que não acontece com os mais pobres, pois estes possuem menos acesso a dispositivos, aplicativos ou conexão à internet de banda larga. Também possuem menos espaço em casa, tendo assim mais dificuldade de realizar actividades relaxantes ou divertidas, bem como de praticar exercícios físicos. Moraes (2020) adverte que, em uma situação de confinamento, é provável que isso deteriore a saúde mental proporcionalmente mais entre pessoas mais pobres, reduzindo os seus incentivos para manter o distanciamento social.

A fim de minimizar este problema, é necessário garantir não apenas a renda, mas, também, o fornecimento acessível de energia eléctrica durante o período de confinamento, de forma que as pessoas possam manter contacto com amigos e familiares, assim como realizar outras actividades *on-line*. Sabemos que as tecnologias de informação e comunicação estão em quase todo o lugar, e, em Moçambique, a maioria das tecnologias (celular, televisão, rádio, etc.) usadas são dependentes da electricidade.

Com isso, pretendemos dizer que as redes sociais, criadas pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, combatem o distanciamento social, permitindo que as pessoas interajam, pese embora estejam fisicamente distantes. Suedfeld (1974) demonstrou que eventos altamente estressantes criam o desejo de se procurar a companhia de outras pessoas, especialmente das que estão experimentando níveis semelhantes de ansiedade ou trauma. Para Yalom (1995), compartilhar experiências em situações de crise cria um senso de universalidade e traz sensações de alívio. A existência de redes de apoio social antes, durante e após eventos traumáticos aumentam a probabilidade de se manter a saúde mental durante e após uma crise.

<http://rela.domestic.mz>

Além disso, recomendações para a manutenção da saúde mental devem ser divulgadas amplamente. A divulgação pode ser feita em canais de rádio e televisão, Mídias sociais ou carros de som, incluindo mensagens para públicos específicos (idosos, pessoas com histórico de transtornos mentais, pessoas em situação de pobreza etc.). Pode-se, ainda, apoiar governos locais na implantação de grupos de apoio a pessoas em situação vulnerável.

2.2.1. O confinamento e a violência doméstica

Um outro fenómeno social neste cenário, notou-se que, com a pandemia do novo *Corona-Virus* e as necessárias medidas de isolamento social e confinamento domiciliar, crianças e mulheres estão sob risco ainda maior de sofrer violência física, sexual e psicológica. Sobremaneira que, quando já acontece violência doméstica, as vulnerabilidades aumentam drasticamente, principalmente para as camadas mais frágeis (crianças e mulheres).

Há uma relação entre o confinamento e o número de episódios de violência doméstica contra mulheres e crianças. E essa hipótese é comprovada pelo Ministério do Género e Acção Social e pela Polícia da República de Moçambique, que, sem arrolar números, afirmaram que casos de violência doméstica aumentaram durante o período de confinamento.

Embora haja pouca informação na literatura sobre a relação entre estes dois fenómenos, na nossa percepção, ao menos três factores criam um terreno fértil para que casos de violência aumentem: i) estresse causado pela pandemia; ii) maior número de horas de convivência com possíveis agressores; e iii) dificuldade de acesso a instituições de solidariedade social ou serviços de ajuda.

De facto, o aumento no número de casos parece ter ocorrido em vários países, incluindo China, Itália, Alemanha, Portugal, Espanha e Estados Unidos (Santos, 2020). Para lidar com o problema, canais de fácil acesso pelos quais pessoas podem solicitar ajuda devem ser mantidos.

As tensões acumuladas com temores sobre a pandemia, a intensa convivência familiar, a sobrecarga de tarefas domésticas e o trabalho em casa, ou a falta de emprego e renda, podem ser geradoras ou agravantes de conflitos e violências em muitos lares. Violências que já poderiam ocorrer, anteriormente, contra crianças e adolescentes vão se manter e podem agravar-se. Por isso, é fundamental esclarecer a sociedade sobre como pedir ajuda e denunciar. E numa sociedade de precariedade tecnológica como a sociedade moçambicana, devem ser repensadas as modalidades mais adequadas de denúncia à distância, para que o direito de protecção a camada mais vulnerável seja preservado e consolidado nessa nova realidade social.

Por exemplo, na província de Sofala, no dia 21 de Maio de 2020, a Rádio Moçambique revelou, nos seus programas noticiosos, que os casos de violência doméstica estão a aumentar neste período de vigência do estado de emergência, devido a pandemia. E o pior é que as vítimas têm medo de apresentar queixas. Essa denúncia foi feita pela organização não-

governamental Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), que aponta a mulher como a principal vítima. E, segundo a mesma, entre Março e Abril, atendeu cerca de 120 casos de violência doméstica que foram encaminhados para os órgãos da Justiça. A oficial de aconselhamento da MULEIDE, em Sofala, mostrou, na sua denúncia, que a maior parte das queixas têm a ver com violência física e sexual.

Isolados dentro de casa e, na maioria das vezes, tendo de conviver com o agressor, um número crescente de moçambicanos, principalmente mulheres e crianças, está sendo vítima de abuso doméstico nesse tempo de confinamento. Percebemos assim que, apesar do volume de denúncias ter aumentado substancialmente, o aumento da violência doméstica escapa das estatísticas dos órgãos públicos. A razão é que, isolada do convívio social, a vítima fica refém do agressor e impedida de fazer uma denúncia.

Para se salvaguardar o direito de protecção a essas camadas sociais mais vulneráveis, reconhecemos que será um grande desafio para as instituições de tutela dessa área, porém, vale ainda ressaltar, ademais, que cada órgão governamental (ou não governamental) deve sempre actuar em consonância com as dinâmicas ou mudanças de actuação da sociedade. A sociedade está sempre em constante transformação. Os planos de acção devem buscar responder à devida realidade vivida. Por isso, chamámos à razão a actuação inequívoca e incansável dessas instituições de tutela.

O avanço de casos de violência doméstica na pandemia não ocorre só na sociedade moçambicana. Outros países que enfrentam a covid-19 têm o mesmo problema. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem recomendado medidas para prevenir e combater a violência doméstica durante a pandemia, com investimentos de denúncia online, serviços de emergência em farmácias, abrigos temporários para as vítimas, entre outros.

Portanto, neste período, é fundamental apoiar pais, mães e responsáveis para que consigam lidar com o estresse e acolher os seus filhos, criando um ambiente de tolerância e segurança em casa. “Ao mesmo tempo, é importante que toda a população esteja atenta, conheça os canais de denúncia e não se cale diante da violência. E cabe ao governo garantir a continuidade dos serviços de protecção à mulher e à criança. Todavia, há que reconhecer que nos dias que correm, os homens também sofrem violência doméstica, daí que a designação do ministério do pelouro, já não é Ministério de Mulher Acção Social e Criança, mas, sim, Ministério de Género, Acção Social e Criança.

2.2.2. O confinamento e o ensino

O cenário pandémico obrigou ao Governo de Moçambique a criar estratégias de modo a conter a propagação rápida da Covid-19, ao declarar estado de emergência ao nível nacional pelo Chefe do Estado. Dentre as medidas anunciadas pelo Presidente da República, consta a

<http://rela.com.mz>

suspensão de aulas em todas instituições de ensino, públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao superior, e ainda a redução de número de pessoas nos eventos de carácter social, salvo actividades de interesse estritamente público, e uso obrigatório de máscaras nos aglomerados, como é o caso dos mercados, bem como nos transportes públicos.

Em Moçambique, perante a medida de encerramento das aulas, o Ministério de Educação e Desenvolvimento (MINED) e o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP), foram desafiados a criar estratégias, de modo a garantir a continuidade das aulas através de outros mecanismos/plataformas. Dentre eles: aulas na telescola, Rádios comunitárias, redes sociais como *WhatsApp*, *Google Meet*, *Google Classroom*, *Skype*, *Moodle*, *e-mail*, etc.

É de realçar que as plataformas oficialmente usadas para aulas nos ensinos primário e secundário são a televisão, a rádio, *internet* e fichas de exercícios e apoio que devem ser monitoradas pelos pais e/ou encarregados de educação, que segundo a constatação das autoridades da Educação são um sucesso, mas não se sabe se os alunos estão ou não a acompanhar as aulas.

Reconheçamos que, estudos moçambicanos - como o realizado pelo MINED em 2020, mostram que os pais e/ou encarregados de educação têm muita dificuldade em fazer acompanhamento dos educandos. Sabe-se que os 8.3 milhões de alunos moçambicanos, sendo do ensino primário e secundário, estão distribuídos em vários pontos do país, no entanto, não estão apenas nas capitais do país. De acordo com as estatísticas de 2017 da população moçambicana:

Cerca de 30% da população vivem no meio urbano; 70% vivem em palhotas; apenas 22,2% dos moçambicanos têm acesso à energia eléctrica, portanto, os restantes, recorrem a baterias, velas, petróleo/parafina, pilhas entre outras fontes de energia; 35% têm rádio nas suas casas e 29,1% têm TV. Em suma, 70.9% dos moçambicanos não têm TV e não poderão acompanhar as aulas na telescola nem na rádio (INE, 2017).

Há que tornar claro que existem muitos moçambicanos sem condições para comprar *megabytes* para assistir as aulas “*online*”, nas plataformas tecnológicas, e nem para tirar cópias. Alguns pais não conhecem o que é uma máquina fotocopiadora. Em alguns cantos do país, uma cópia chega a custar entre 3 a 5 meticais, o que contrasta com fontes de rendimento dos mesmos que são baixos. Será que conseguem tirar cópia de todas as fichas das disciplinas em leccionação? Será que os professores estão no terreno, ou seja, vão ao campo deixar as fichas? Se, sim, quem está a acompanhar essas actividades até a base? Até que ponto os serviços distritais de educação estão cumprindo essas orientações? Não estaríamos a cometer exclusão dentro da inclusão, perante a realidade socioeconómica do país?

Não queremos, com isso, apontar o dedo a alguém, porém, ainda, são questões que sobressaem diante dessas implicações impostas pela Covid-19 que “baralharam” ou pioraram a realidade precária do sistema de ensino nacional. Ademais, sublinhe-se que a qualidade do

ensino deve ser guiada por princípios, normas e objectivos estabelecidos constitucionalmente. O acesso ao ensino é direito público subjectivo e o seu não oferecimento pelo Poder Público, ou a sua oferta insuficiente e irregular, poderá acarretar responsabilização culposa para a autoridade de tutela.

2.3. Impactos ocasionados pela perda de renda

Segundo a CTA¹⁰ (2020), à semelhança da situação da economia mundial, as evidências sugerem que a Covid-19 poderá ter um impacto significativo na economia moçambicana. Na economia mundial estima-se que em 2020 a Covid-19 reduza em 2pp a taxa de crescimento esperada (3,6%). O impacto na economia nacional é estimado em 2.3pp, o que significa que em 2020 a economia nacional poderá crescer num intervalo entre 2% e 2,3%.

A pandemia e a restrição à circulação de pessoas produzem uma diminuição generalizada na quantidade de produtos e serviços ofertados e demandados, levando à diminuição dos níveis de renda e ao aumento do desemprego. Embora isto ocorra em toda a sociedade, alguns grupos são atingidos proporcionalmente mais do que outros (Moraes, 2020, p. 09).

Adaptando ao caso moçambicano, uma divisão proposta por Milanović (2020), trabalhadores podem ser divididos em, pelo menos, cinco grupos: i) profissionais de saúde ou de sectores que fornecem insumos (directos ou indirectos) para a saúde, cujos serviços têm um elevado crescimento da demanda; ii) trabalhadores operando serviços *on-line*, cujo trabalho passa a ser um pouco mais demandado; iii) trabalhadores não ligados à área da saúde, mas que desempenham funções essenciais (segurança pública, limpeza urbana, água, electricidade, produção e distribuição de alimentos etc.), cuja demanda se mantém estável ou diminui relativamente pouco; iv) trabalhadores que podem desempenhar funções à distância (advogados, contadores, programadores, bancários, burocratas, académicos, docentes, pesquisadores, estudantes, entre outros) cuja demanda também se mantém estável ou diminui relativamente pouco; e v) trabalhadores de sectores cuja demanda diminui substancialmente, em muitos casos chegando a zero (trabalhadores de unidades fabris fechadas, trabalhadores do comércio, vendedores de rua, profissionais da cultura e entretenimento etc.).

O impacto em termos de diminuição da renda recai desproporcionalmente, é claro, sobre trabalhadores do último grupo, especialmente os do sector informal, que representam aproximadamente 70% dos trabalhadores no país. Para estes, a renda pode cair a zero quase que instantaneamente, levando à ampliação de níveis de endividamento ou ao sacrifício de itens essenciais, incluindo alimentação, arrendamento, medicamentos e electricidade (Moraes, 2020).

A relação entre quedas acentuadas na renda e conflitos encontra amparo na literatura. Berazneva e Lee (2013) demonstraram como situações de recessão aumentam a probabilidade de

¹⁰ CTA - Confederação das Associações Económicas de Moçambique

<http://elsa.com.br>

tumultos. Grasso e Giugni (2016) argumentaram que protestos durante recessões são motivados pela sensação subjectiva de que outros estariam sofrendo menos os efeitos de uma crise.

Em Moçambique várias organizações com vocação sindicalista, como a de empregados domésticos e a de funcionários de empresas privadas, não se excluindo Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), têm, vezes sem conta, reivindicado direitos de trabalhadores que têm sido afastados de empresas ou casas de serviço por causa da situação pandémica, e isso tem criado vários conflitos. Por exemplo, muitos empregados domésticos, em todo o país, foram dispensados para suas casas, ficando assim desempregados, e sem fundos para sobrevivência, e os seus sindicatos têm mostrado a revolta desses desempregados, principalmente contra o governo, alegando não estarem a receber um auxílio para sobrevivência por parte do Estado. Nota-se, assim, que alguns dos funcionários que ficam sem renda culpabilizam o governo por não ter criado um fundo “suficientemente notável” para subsidiar as empresas e outras instituições. Sabe-se que a situação é insustentável para as empresas sozinhas arcarem todos os custos enquanto o negócio vai de mal ao pior.

Desde o início da pandemia, publicações têm chamado a atenção para a importância de se proteger estes grupos, destacando a necessidade de garantir a renda e preservar empregos por meio de: políticas sociais; estímulos fiscais; isenções fiscais para micro, pequenas e médias empresas; e alívio de dívidas, principalmente de países pobres como “Moçambique”. Estas recomendações provêm de fontes variadas, entre eles o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho, e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico. Provêm, também, de académicos de diversas orientações teóricas, bancos de investimento e empresas de consultoria.

Para trabalhadores informais é preciso garantir uma renda mínima. Para que isso ocorra, há duas opções: uma política focalizada ou uma política universal. Uma política apenas para os que mais precisam (focalizada) seria “justa”, pois não alocaria recursos escassos para pessoas menos afectadas pela pandemia. Contudo, esta política poderia excluir injustamente muitas pessoas do acesso ao benefício, especialmente pelo facto de haver pouco tempo para se processar os pedidos. Embora uma política de transferência para todos os cidadãos (universal) possa parecer “injusta” por beneficiar os que dela não necessitam, é possível compensá-la por um pequeno aumento na tributação de indivíduos com renda mais elevada (Mankiw, 2020).

Há uma urgência de fazer com que os recursos cheguem às pessoas cuja renda caiu substancialmente. Para tanto, é preciso transferir o dinheiro o mais rapidamente possível para o maior número de pessoas - e depois verificar formas de ajustar eventuais erros. A justificativa para tanto é que a focalização é custosa e extremamente difícil a curto prazo.

O ideal é que a operacionalização para a compensação da renda seja simples e dentro do tempo necessário, ainda que haja o risco de alguns beneficiários não se enquadrarem no critério de vulnerabilidade.

Outro ponto importante é de que é preciso também reduzir incentivos para a demissão de trabalhadores formais e garantir parte da sua renda. Além de preservar o emprego dessas pessoas, diminuir-se-ia a probabilidade de falência de empresas e se evitariam os custos associados à recontração de pessoal após o término da crise. A ideia central é que empresas possam “hibernar” durante o período de crise, em vez de fecharem (Saez & Zucman, 2020 *apud* Moraes, 2020). Uma das opções é fazer isto directamente, com o governo subsidiando os salários de trabalhadores.

É, também, essencial que essas políticas não impliquem um impacto maior sobre a renda para pessoas com rendimentos mais baixos. Além de colocar pessoas em situação de vulnerabilidade, isto provocaria sensações de injustiça. Na literatura de psicologia social se observa como percepções de injustiça provocam sentimentos negativos - impulsos à retaliação, protestos, exaustão emocional, e repulsa moral e física cujo efeito agregado aumentaria a probabilidade de conflitos sociais violentos. As revoltas dos funcionários despedidos já estão a emergir, é importante o governo moçambicano criar um fundo capaz de fazer face a esta situação, atempadamente, por meio de uma atribuição de subsídio de subsistência, que funcionaria segundo os moldes que anteriormente propusemos.

2.4. Confusão causada por informações conflitantes ou imprecisas

Nesse período pandémico, com um certo nível de confinamento das pessoas (principalmente da classe média e alta – visto que a classe baixa ainda continua na rua a buscar o seu “pão de cada dia”), as informações imprecisas ou conflitantes acerca da pandemia e das formas pelas quais o governo a enfrenta causam confusão, aumentam o estresse e reduzem o impacto das políticas de enfrentamento da doença.

Este problema decorre tanto de boatos como de posições contraditórias de órgãos de governo. Acerca do primeiro ponto, o fenómeno foi denominado pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, de “infodemia”, um processo no qual não apenas o vírus, mas também boatos se espalham rapidamente, criando uma cacofonia de informações conflitantes. É preciso assim “imunizar” a população para que ela possa ser mais capaz de distinguir notícias falsas das verdadeiras.

Informações contraditórias de órgãos de governo diminuem a confiança da população nos órgãos públicos, aumentam o estresse e a probabilidade de que as pessoas acreditem em boatos.

<http://rela.com.mz>

E, num cenário como esse, há mais difusão de “fakenews”¹¹. Além disso, existe uma linha tênue entre não criar pânico na população e ocultar a gravidade de uma pandemia. Como destacado em Sandman (2009), uma estratégia de ocultar informações tende a causar o efeito oposto, diminuindo a confiança da população nas autoridades e gerando episódios de pânico.

A literatura sobre comunicação em tempos de crise destaca que transparência é um factor-chave: é preciso apresentar com clareza o que se sabe, o que não se sabe, as fontes de informação, e o que se está fazendo para que se saiba mais sobre o problema (Edmondson, 2020). Isto é válido não apenas para a comunicação com a sociedade, mas também para a comunicação dentro do governo.

2.5. Estratégias de mitigação: recomendações

Para que Moçambique possa controlar a situação pandémica, por forma a que não haja implicações nefastas, é essencial que um plano de acção seja formulado, observando-se, inicialmente, o que outros países estão adoptando e o que a literatura recomenda: “conhecer o mundo para saber agir localmente”.

Trabalhadores economicamente activos (20 a 49 anos), e não pertencentes a grupos de risco, poderiam gradualmente voltar ao trabalho. Isto deveria ser condicionado a que o sistema de saúde não estivesse em situação crítica e que estes trabalhadores não entrassem em contacto com pessoas em grupos de risco. Sugerimos que, caso se opte para o retorno ao trabalho, desses trabalhadores em apenas alguns sectores. A selecção dos sectores deve considerar critérios objectivos, por exemplo o quão importantes eles são em termos de riqueza e empregos gerados. Além disso, uma amostra destes trabalhadores deveria ser testada frequentemente para a Covid-19, bem como monitorada para se rastrear imediatamente se eles estão transmitindo ou recebendo o vírus.

A perspectiva da CTA (2020), relativamente ao impacto no sector empresarial, estima que por conta da Covid-19 o sector empresarial moçambicano poderá registar perdas entre USD 234 Milhões e USD 375 Milhões, sendo que o sector do Turismo figura como o mais afectado com perdas estimadas entre USD 53 Milhões e USD 71 Milhões. Portanto, para fazer face a estes impactos desta pandemia, propõe-se a adopção de medidas fiscais, aduaneiras, laborais e financeiras, com vista a assegurar a sobrevivência das empresas e garantir a recuperação das suas actividades. A CTA estimou que o custo da implementação destas medidas é de USD 355 Milhões. E não só, pensamos que deve haver uma assistência social e económica à população para que haja maior motivação para ficar em casa e respeitar significativamente as medidas de prevenção.

¹¹ Notícias falsas disseminadas com a intenção de incitar as pessoas a terem determinados comportamentos, sobretudo, influenciar decisões, provocar revolta, entre outros. Muitas vezes, são partilhadas nas redes sociais.

Por sua vez, uma outra estratégia é observar localidades em que o número de casos seja baixo (o que requer testes, é claro), as quais progressivamente poderiam voltar à normalidade. Tal estratégia poderia considerar a ideia de “*commuting zones*”, que são áreas geográficas onde há grande mobilidade dentro da área, mas pouca mobilidade de/para fora (Moraes, 2020; Monras, 2020). Independentemente do formato, é essencial que existam testes disponíveis. Na ausência de dados, é difícil estimar quando será seguro romper a quarentena e detalhar como ela deveria ser conduzida.

Será difícil convencer as pessoas de que é seguro voltar às rotinas de trabalho, consumo e transporte. A confiança que deve ser retomada não é aquela da crise de 2008-2009 (em que era preciso saber se uma contraparte estava insolvente), mas sim a que leve à superação do medo de que um colega de trabalho, vendedor ou cliente esteja contaminado (Dewatripont et al., 2020).

Para se preparar e responder de forma eficaz, as empresas devem ter atenção dobrada: estabelecer estratégias que cubram a resposta a emergências, a continuidade do negócio, a gestão de crise e as comunicações de crises, não apenas para estarem prontas para monitorar o progresso de um surto emergente e compreender os seus possíveis efeitos, mas também para proteger os seus empregados e continuar as operações em caso de restrições fronteiriças, problemas no *supply chain* e impactos directos localizados; compreender como as coberturas de seguro existentes podem responder a um surto e realizar mudanças necessárias nas suas políticas. Finalmente, dados de testes e informações demográficas devem ser utilizados para monitorar a população a nível nacional.

Conclusão

Em tudo, uma coisa é certa: o novo *CoronaVirus* (Covid-19) veio para ficar nas nossas sociedades. Essa doença levanta vários desafios para a sociedade global. Desmistificou certos padrões sociais, culturais, económicos, políticos e ambientais que eram acomodados como “suficientes”, colocando em causa ou em “dúvida” todos os sistemas nacionais e internacionais.

Esse cenário reconfigurou a sociedade moçambicana de uma forma significativa. Remodelou as formas de relacionamento das pessoas no seu quotidiano, havendo imposto novos mecanismos de acção e interacção. Mecanismos estes que são de natureza uniforme mundialmente, porém, as suas formas de uso e manuseamento dependem das especificidades e condicionantes de cada contexto social, cultural, económico e político.

Com isso, a pandemia em diapasão e as medidas de enfrentamento adoptadas por Moçambique (e outros países do mundo) - como o confinamento, criam implicações como elevados níveis de estresse para a população, especialmente para os mais pobres e aqueles em situação de maior risco de serem infectados, podendo comprometer a sua saúde física e mental.

Através deste estudo e aliado aos (estudos) realizados por instituições como a OMS e o MISAU, observou-se que, por um lado, as pessoas que habitam em espaços reduzidos, com

<http://rela.com.mz>

número elevado de pessoas, ou com poucos recursos têm dificuldades de adoptarem recomendações de prevenção, pois possuem menos espaço em casa, tendo assim mais dificuldade de realizar actividades relaxantes ou divertidas; por outro, as pessoas de classe média e alta conseguem manter-se entretidas durante o confinamento visto que, possuem acesso a dispositivos, aplicativos ou conexão à internet de banda larga. Mas, também, essas pessoas, de classes média e alta, quando consomem excessiva informação sobre os impactos da pandemia correm o risco de ter um acentuado estresse e pânico. As “*fakenews*” ganharam mais espaço com esse cenário, principalmente nas redes sociais onde há um aumento/aglutinação de massas/pessoas.

Para a mitigação das implicações não positivas, deve-se adoptar ou manter um conjunto de medidas fiscais, aduaneiras, laborais e financeiras, com vista a assegurar a sobrevivência das empresas e garantir a recuperação das suas actividades. O Instituto Nacional de Accção Social (INAS) que é responsável pelo Subsídio Básico Social para pessoas vulneráveis (que vivem em precariedade), juntamente com algumas organizações de caris filantrópico (que muito tem sido mais-valia para amainar a pobreza absoluta de muitos, sobretudo em tempo de calamidades, e não só), caso unissem as forças seria possível fazer face a “macabridade” que esta pandemia impõe. E não só, se realmente as forças forem enveredadas, poderiam combater a pandemia mais mortal: a fome. Enquanto o governo não der subsídio de sobrevivência a essa população estaremos sempre a ver aglomerados na rua à procura do “pão de cada dia” para se alimentar e sobreviver. Esse modelo de subsídio deveria ser antecedido por uma estratégia minuciosamente traçada para identificação de indivíduos mais vulneráveis ou mais necessitados.

A covid-19 provou, também, que há uma imprescindível necessidade de consolidar o uso das Tecnologias de informação e Comunicação (TICs) nas instituições públicas e privadas. Por exemplo, as instituições de ensino devem já apostar na colocação de tecnologias para o seu ambiente de trabalho, disseminando aos docentes e estudantes, bem como ao Corpo Técnico Administrativo (CTA) as melhores estratégias de manuseamento dessas tecnologias.

Portanto, essas medidas devem estar voltadas tanto para a protecção de pessoas vulneráveis como para a diminuição da probabilidade de conflitos sociais violentos. Estas podem também diminuir a probabilidade de eventos não violentos, como passeatas e carreatas: embora em circunstâncias normais estes fossem legítimos, eles reduzem os efeitos positivos das regras de distanciamento social que tanto se buscam salvaguardar.

Por fim, mas não menos importante, é um dever humano fazer o confinamento, retirar as pessoas dos mercados e dos passeios para garantir, a elas e aos demais, o primeiro e o principal direito humano, a vida. Mas, é também, um dever humano garantir-lhes o sustento para que o direito à vida não lhes seja negado pela maior pandemia moçambicana: a fome.

Referências bibliográficas

- Ainslie, K. E. C. (2020). The Global Impact of COVID-19 and Strategies for Mitigation and Suppression: Imperial College COVID-19 Response Team.
- Beck, U. (2011). Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. SP: Editora 34.
- Berazneva, J. & Lee, D. R. (2013), “Explaining the African Food Riots of 2007–2008”: An Empirical Analysis. *Food Policy*, pp. 28-39.
- CDC, (Centers for Disease Control and Prevention) (2020b). “Taking Care of Your Emotional Health”. CDC, Disponível em: <<https://emergency.cdc.gov/coping/selfcare.asp>>.
- CNN Business (2020). “Global shipping has been hit by the coronavirus. Now goods are Getting stranded”. Disponível em <https://edition.cnn.com/2020/02/05/business/shipping-coronavirus-impact/index.html>.
- CTA, (Confederação Das Associações Económicas De Moçambique) (2020). Impacto do covid-19 no sector empresarial moçambicano e propostas de medidas para a sua mitigação. Maputo: CTA.
- Dewatripont, M. (2020). “Rapidly Identifying Workers Who Are Immune to COVID-19 and Virus-Free Is a Priority for Restarting the Economy”. Centre for Economic Policy Research. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/rapidly-identifying-workers-who-are-immune-covid-19-and-virus-free-priority-restarting-economy>>.
- Edmondson, A. C. (2020). “Don’t Hide Bad News in Times of Crisis”. Harvard Business Review. Disponível em: <<https://hbr.org/2020/03/dont-hide-bad-news-in-times-of-crisis>>.
- Grasso, M. T. & Giugni, M. (2016), “Protest Participation and Economic Crisis: The Conditioning Role of Political Opportunities”. *European Journal of Political Research*, 55(4), pp. 663–80.
- Guivant, J. S. (2016), “O legado de Ulrich Beck”. *Ambiente & Sociedade*, 19, 1, pp. 229-240.
- Guivant, J. S. (2001), “A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, pp. 95-112.
- INE, (Instituto Nacional de Estatísticas) (2019), “Resultados definitivos, Censo 2017”, IV recenseamento geral da população.
- Magalhães, P. et al. (2020). O Impacto Social da Pandemia. Lisboa: U LISBOA.
- Mankiw, G. (2020). “A Proposal for Social Insurance During the Pandemic”.
-

- <http://regis.com.br>
- Disponível em: <<http://gregmankiw.blogspot.com/2020/03/a-proposal-for-social-insurance-during.html>>.
- Maunder, R., Hunter, J., & Vincent, L. (2003). The immediate psychological and occupational impact of the SARS. Canada: CMAJ.
- Milanović, B. (Mar.19, 2020a). “The Real Pandemic Danger Is Social Collapse. Foreign Affairs”. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2020-03-19/real-pandemic-danger-social-collapse>>.
- MISAU (2020). Plano Nacional de Preparação e Resposta a Pandemia do COVID-19. Maputo: Ministério da Saúde.
- Monras, J. (2020). “Some Thoughts on COVID-19 from a Labour Mobility Perspective: From ‘Red-Zoning’ to ‘Green-Zoning’”. Centre for Economic Policy Research”. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/some-thoughts-covid-19-labour-mobility-perspective>>.
- Moraes, R. F. (2020). Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia: garantia da renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva. Brasil: IPEA.
- Mussagy, I. H. (2020). Os Efeitos do COVID-19 em Moçambique: A Economia em Ponto Morto. Beira: UCM.
- Posse, L. (2020). Covid-19 e a “sociedade de risco”: uma reflexão a partir do contexto moçambicano. Maputo: IDEIAS – IESE.
- Sandman, P. M. (2009), “Pandemics: Good Hygiene Is Not Enough”. *Nature*, 459(7245), pp. 322–23.
- Santos, J. R. (Mar. 28, 2020). “Covid-19. Isolamento Domiciliário Faz Disparar Queixas Por Violência Doméstica”. RTP Notícias, Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/covid-19-isolamento-domiciliario-faz-disparar-queixas-por-violencia-domestica_n1216270>.
- Yalom, I. D. (1995). *Theory and Practice of Group Psychotherapy*. Basic books.
- WHO (World Health Organization) (2020a), “Coronavirus disease 2019 (COVID-19)”, Situation Report, p. 63.
- WHO, (World Health Organization) (2020b, Março 11), “WHO Director-General’s opening remarks at the media briefing on COVID-19”.
- Zheng, G., M. Jimba; WAKAI, Susumu (2005), “Exploratory Study on Psychosocial Impact of the Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS) Outbreak on Chinese Students Living in Japan”. *Asia Pacific Journal of Public Health*, 17(2), pp. 124-129. World Health Organization. (1986). *Ottawa Charter for Health Promotion: An International Conference on Health Promotion: The Move Towards a New Public Health, November 17-21, 1986, Ottawa, Ontario, Canada*. WHO.
-